



ANEXO I

JUSTIFICATIVAS

Finalidade: este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especificidade dos equipamentos, materiais e insumos a serem adquiridos, previstos no Termo de Referência e que aqui após relacionadas passam a integrar o TR.

Justificativas:

Da necessidade da contratação:

O fornecimento de equipamentos, materiais e insumos é de fundamental importância para o desenvolvimento de atividades agropecuárias realizadas no âmbito da agricultura familiar, pois aumenta a produtividade da mão de obra labutante, assim como das lavouras, melhora a técnica do manejo alimentar, aumenta a qualidade estrutural e conseqüentemente a produtividade dos processos e, conseqüentemente, o melhor desempenho da ação laboral e econômica das famílias beneficiadas.

Justifica as razões de interesse público, pois é extremamente necessária a contratação dos fornecimentos objeto do presente Termo de Referência. As políticas públicas voltadas para a solução das carências do semiárido nordestino, apesar de terem proporcionado alguns progressos, ainda não conseguiram melhorar substancialmente os indicadores sociais da região, que se situam entre os mais baixos do país. Contudo, é possível dizer que hoje há um consenso entre políticos e administradores, partilhado por grande parte da população brasileira, quanto à urgência da adoção de medidas capazes de melhorar a qualidade de vida da população da região e de reduzir a escassez de estrutura principalmente das comunidades rurais difusas do semiárido. As constantes secas provocam o colapso das atividades produtivas, sobretudo na agropecuária, o que impede a fixação do homem no campo e provoca a migração da população.

Portanto, a estruturação de atividades agropecuárias constitui-se como uma estratégia de desenvolvimento que envolvem aspectos socioeconômicos, culturais e ambientais. Assim, pelo seu significativo valor social e econômico, percebe-se a grande importância que é a aquisição de equipamentos para a cadeia produtiva da mandiocultura e materiais e insumos para implantação de unidades de produção de palma forrageira, além de itens para fortalecimento da cadeia da caprinovinocultura, todos para atendimento às demandas das comunidades rurais difusas espalhadas pela área de atuação da 6ª Superintendência Regional da CODEVASF.

Com o objetivo de proporcionar a melhoria das condições estruturais e técnicas para o desenvolvimento de atividades agrícolas na região semiárida, numa perspectiva de segurança alimentar e de melhoria da qualidade de vida dos agricultores e suas famílias, faz-se necessária a aplicação de recursos públicos para aquisição dos itens descritos neste edital.

Da adoção pelo uso do PREGÃO ELETRÔNICO:

A modalidade de licitação é Pregão Eletrônico, considerando que se trata de **bens comuns**, pois tratam-se de bens que são facilmente encontrados à pronta entrega em lojas do ramo no mercado e sua adoção visa ampliar a eficiência na competitividade entre os licitantes, assegurar o tratamento isonômico, buscar maior simplificação, celeridade, transparência e eficiência nos procedimentos para dispêndio de recursos públicos e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública.

Da adoção SRP (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS):

A Codevasf tem como um de seus objetivos, promover melhorias no sistema de produção, por meio da aquisição de máquinas, equipamentos e materiais para auxiliar no aumento da produção de alimentos e fabricação de produtos, possibilitando a geração de emprego e renda. Em razão deste trabalho, a Codevasf recebe demandas de alguns parlamentares, para realização de trabalhos voltados para o desenvolvimento de diversas atividades produtivas, tanto com aplicação de recursos oriundos de emendas parlamentares, quanto de recursos do Orçamento Geral da União, sob requisição destes.

Todos os anos diversas associações comunitárias, situadas nas zonas rurais e urbanas dos municípios localizados na área de atuação da 6ª/SR, ingressam com pedidos para fomento às atividades produtivas diversas, através da aquisição de máquinas, equipamentos e materiais para estas, via kits doados pela codevasf.

Tomando por base a grande demanda recebida pela 6ª/SR, observa-se que há interesse por parte dos legisladores, na aplicação de recursos públicos oriundos de emendas parlamentares, na estruturação de cadeias produtivas voltadas para atividades



ligadas a caprinovinocultura e mandiocultura. Neste caso, ainda há possibilidade de solicitação de mais equipamentos para atendimento de demandas futuras, até o fim do ano fiscal de 2022 e no ano de 2023.

O presente processo atende plenamente aos incisos I e IV do artigo 3º do Decreto 7.892/2013, o qual versa sobre as hipóteses para a adoção de um Sistema de Registro de Preços.

Da admissão de Órgão Participante:

Não – Não será permitida a inclusão de Órgão Participante nesse certame, pois o setor industrial nacional e mundial ainda vêm enfrentando graves consequências impostas pela Pandemia da COVID-19 nos processos de fabricação de máquinas e equipamentos, ocasionando reflexos significativamente negativos como o atraso significativo nos fornecimentos, e até o não fornecimento dos referidos tipos de bens; e atualmente a Codevasf também está sofrendo duramente esses efeitos indesejáveis junto aos seus fornecedores.

Outro fator que justifica essa decisão administrativa é que a CODEVASF-6ª/SR não possui quantitativo de funcionários suficiente para realizar os procedimentos administrativos necessários à realização dos trâmites exigidos para admissão de outros órgãos junto à esta licitação, o que implicaria em dificuldades para realização desta opção. Além disso, o fim do ano fiscal de 2022 está relativamente próximo, o que implica numa maior celeridade na tramitação dos processos licitatórios. Considerando que a abertura para admissão de outro órgão participante nesse certame exige um prazo legal para tal ação; e que o prazo limite para emissão de empenhos no corrente exercício está próximo do fim, justifica-se a opção de não permitir tal admissão.

Da admissão de adesão dos Órgãos Não Participantes (carona):

Sim – Justifica-se pela economicidade, tendo em vista que os preços unitários tendem a ser menores quando se permite a carona devido ao ganho em escala nas aquisições, além de que são itens comumente adquiridos pelos órgãos públicos, inclusive pelas Superintendências Regionais da Codevasf, proporcionando enorme celeridade e vantajosidade para as entidades da administração pública. Diferentemente da Admissão de Órgão Participante, a Admissão de Adesão dos órgãos não participantes (carona) só é realizada após a conclusão do certame, não há, nesse caso, prejuízos quanto ao alcance do término deste antes do fim do exercício fiscal de 2022; e que não há necessidade de muitos trâmites burocráticos para permissão de procedimentos de adesão, posiciona-se como possível a realização desta opção administrativa. Essa diferença em termos de exigências legais, administrativas e burocráticas viabiliza a participação de outras empresas neste certame através de “carona” e inviabiliza a participação destas na modalidade “admissão”, principalmente por conta dos prazos necessários.

Do Modo de Disputa: estipulou-se, no item 3.2 do Termo de Referência, o modo de disputa do tipo aberto com intervalo mínimo de diferença entre os lances de 0,5 %. Considera-se que os intervalos nessas proporções estão razoáveis e permitem a plena competição entre os licitantes.

Da Qualificação Técnica: No Termo de Referência, item 9.1.3, há exigência dentre os participantes, da comprovação de qualificação técnica através de apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica com quantitativos mínimos de 30% (trinta por cento) do contingente total para cada item a ser licitado. Entende-se que essa proporção é razoável, pois não é alta o suficiente para restringir a ampla concorrência entre as empresas fornecedoras, muito menos baixa o suficiente para permitir a participação de empresas com baixa capacidade de fornecimento. Além disso, essa proporção está em consonância com o Acórdão do TCU 2696/2019, o qual esclarece que é irregular a exigência desse tipo de atestado com quantitativo mínimo superior a 50% (cinquenta por cento), exceto se houver justificativa técnica plausível.

Da Qualificação Econômico/Financeira: Há exigência, conforme orientação legal, de que haja contratação de empresas fornecedoras de máquinas e equipamentos que apresentem comprovação de qualificação econômico/financeira. Neste caso, as licitantes vencedoras deverão apresentar capital social mínimo de 10% (dez por cento) do valor orçado pela CODEVASF no item da licitação que concorrer, não sendo de forma acumulativa. No entanto, esse índice é suficiente também para garantir uma ampla concorrência entre as empresas, não provocando restrição que venha a inviabilizar o certame. Vale destacar que essa exigência não é aplicada aos itens caracterizados como insumos, descritos nos itens 08, 09, 18, 19, 20 e 21.

Cota de Preferência ME e EPP: Sobre a razão pela qual a 6ª/SR decidiu utilizar somente 10% dos 25% de cota de preferência para micro (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Decreto 8.538 de 6/10/2015, justifica-se esta ação levando-se em consideração o princípio da economicidade, muito praticado na administração pública. Além de que, verificou-se que nos últimos pregões eletrônicos realizados por esta superintendência, os preços ofertados por MEs e EPPs foram bem maiores do que de outras empresas. Neste caso, poderão ser adquiridos bens em maior número a partir de ofertas de preços de menor valor.



Exclusividade para ME e EPP: Em atendimento ao disposto no Art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, o qual estabelece que os itens cuja contratação possuam valor inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) devem ser destinados à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte.

Condições de participação de empresa estrangeira: Será permitida a participação de empresas estrangeiras, desde que tenham representação legal no Brasil, com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente, e que atendam ao disposto no Código Civil Brasileiro.

Garantia de Execução: não será exigida garantia de execução, visto que os bens a serem adquiridos são classificados como comuns, de entrega imediata e com pagamento posterior à entrega.

Permite Participação de Consórcios e Sociedades Cooperativas: Não. A logística necessária para cumprimento do objeto não exige o envolvimento de empresas com diferentes especialidades, sendo consequentemente não necessária a formação de consórcios. Em relação a não participação de Sociedades Cooperativas enfatizamos que a licitação será de aquisição de itens específicos, ou seja, mero fornecimento de equipamentos, materiais e insumos devidamente especificados, não existindo o fornecimento de serviços e mão de obra. Isso proporciona maior disponibilidade de empresas e competitividade entre as empresas, fato benéfico para a administração pública.

Permite Subcontratação: Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto desta licitação, já que este é mero fornecimento, a logística para entrega dos itens propostos envolve o fornecimento de bens comuns, foram agrupados em lotes específicos, o que não exige o envolvimento de especialidades muito diferentes entre si para a execução.

Da validade da Ata de Registro de Preços: O artigo 12, caput, do Decreto Federal nº 7.892/2013 estipulou que a ata de registro de preços não poderá ter duração superior a doze meses, computadas as possíveis prorrogações, conforme estabelece a própria Lei nº 8.666/1993. No entanto, o prazo de validade para Ata de Registro de Preços estabelecido no Termo de Referência para aquisição de equipamentos, materiais e insumos através deste processo administrativo é de 6 (seis) meses. Esse fato se dá em razão de dois fatores. O primeiro é que o fim da vigência das atas ocorrerá no início do ano de 2023, época em que praticamente não há disponibilidade de recursos orçamentários para aquisição de bens; o segundo é que a inflação no momento atual é considerada alta, o que promove o aumento constante dos preços licitados e inviabiliza a entrega de materiais em longos períodos.

Critério de Julgamento: Menor preço.

Valor estimado: Público - Conforme Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU, nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 3.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.

Garantia do Objeto: A garantia do objeto deverá obedecer ao prazo de 12 (doze) meses ou superior, contados a partir da data da entrega técnica dos itens, para os equipamentos que envolvem o uso de motorização ou são considerados bens permanentes. Excluem-se dessa exigência os itens considerados como insumos, a exemplo dos fertilizantes e mudas de palma forrageira. No entanto, a entrega destes deve seguir rigorosamente com as condições impostas no Termo de Referência e seus anexos.

Responsáveis pelas informações:

Júlio César da Silva Santos
Analista em Desenvolvimento Regional
Chefe da 6ª/GRR/UDT

Maria Marcella Medeiros Melo
Analista em Desenvolvimento Regional
6ª/GRR/UMA

De Acordo:

Luciano Gomes da Rocha
Analista em Desenvolvimento Regional
Gerente da 6ª/GRR